



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação do serviço de engenharia para a perfuração e construção de 1 (um) poço tubular profundo, incluindo o fornecimento integral e instalação de todos os materiais, insumos, equipamentos, mão de obra, testes, laudos e licenças necessários à sua completa operacionalidade, visando ao abastecimento hídrico da sede da Seção Judiciária do Acre, em Rio Branco - AC, em estrita conformidade com o Termo de Referência e as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSENIQUANT.	P. UNIT.	P.TOTAL		
1	Perfuração e Construção de poço tubular profundo	190 2	Un id.	1	R\$ 49.238,63	R\$ 49.238,63

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns de engenharia**, nos termos do Art. 6º, XXI, 'a', da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e seus anexos, conforme justificativa detalhada nos subitens 2.10 a 2.18.

1.3. O prazo de vigência do Contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei 14.133, de 2021.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais e insumos necessários à execução do(s) serviço(s), **alocará a mão de obra necessária, arcando com todos os custos e encargos correspondentes**, bem como providenciará todos os tipos de transporte e tudo mais que for necessário para a execução dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários.

1.6. A licitante deverá informar a opção pelo Simples Nacional na licitação, quando da apresentação de sua proposta;

1.7. Para efeitos de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), a Contratada deverá utilizar um BDI compatível com os percentuais indicados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário, observando as faixas de variação identificadas nos quartis estatísticos estabelecidos pelo Tribunal para a categoria correspondente ao objeto da licitação.

1.8. A licitante deverá adotar o BDI da categoria "Construção de Edifícios", podendo variar dentro dos intervalos dos quartis aferidos pelo Tribunal no quadro 13 do referido acórdão.

Quadro 13 – Valores médios e dos quartis do BDI por tipo de obra

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA - 1º QUARTIL, MÉDIO E 3º QUARTIL			
TIPOS DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	20,34%	22,12%	25,00%

1.9. As licitantes deverão apresentar, em sua proposta, a memória de cálculo detalhada do BDI e dos encargos sociais, demonstrando a compatibilidade dos percentuais adotados com os critérios estabelecidos pelo TCU, de modo a assegurar a razoabilidade e a

conformidade com as diretrizes de economicidade e equilíbrio financeiro do contrato, bem como a planilha orçamentária sintética e analítica.

1.9.1. A planilha será utilizada pela Administração para verificar a consistência dos custos e a razoabilidade do preço ofertado.

1.9.2. A não apresentação da planilha, sua apresentação incompleta, ou a constatação de valores que denotem inexecuibilidade para um ou mais serviços do grupo, poderá levar à desclassificação da proposta para o respectivo Grupo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A sede da Seção Judiciária do Acre necessita de uma fonte própria e segura para o abastecimento de água, a fim de garantir a continuidade de suas atividades essenciais sem depender exclusivamente da rede pública, que pode apresentar intermitências e custos crescentes a longo prazo.

2.2. A construção de um poço tubular profundo representa uma solução definitiva e autônoma, promovendo segurança hídrica, previsibilidade de custos e sustentabilidade para a edificação. A contratação visa a assegurar o pleno funcionamento das atividades judiciais e administrativas, mitigando riscos de paralisação por falta de água.

2.3. A escolha pela contratação direta fundamenta-se no Art. 75, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o valor estimado dos serviços de engenharia se enquadra no limite legal para dispensa de licitação.

A) ESTIMATIVA DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO

2.4. Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a estimativa de preços para a contratação dos serviços de engenharia para a perfuração e construção de um poço tubular profundo foi elaborada com base nas tabelas de custos oficiais.

2.5. Para a formulação dos custos, foram utilizados como referência os preços de insumos e composições dos sistemas oficiais SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e SBC (Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe), com data-base de **Maio de 2025** para o estado do Acre. A planilha orçamentária demonstra que todos os serviços e materiais foram orçados com base nesses sistemas de referência.

2.6. Considerando a natureza técnica e a especificidade do objeto, a estimativa de valor foi detalhadamente fundamentada nas composições de custo analíticas. As tabelas SINAPI e SBC fornecem custos unitários para uma vasta gama de serviços e insumos, como mão de obra, materiais e equipamentos.

2.7. No entanto, para serviços que não possuíam uma composição de custo padronizada nos sistemas de referência, foi necessária uma abordagem adaptativa. Nesses casos, a designação "Próprio", que se encontra na coluna "Banco" da planilha orçamentária, indica que a composição de custo para aquele serviço específico foi customizada pela equipe técnica.

2.8. É fundamental ressaltar que a nomenclatura "Próprio" não representa uma cotação de mercado externa, mas sim a criação de uma nova composição de serviço utilizando, como alicerce, os preços dos insumos básicos (materiais, mão de obra e equipamentos) que constam nas tabelas oficiais. Por exemplo, o item 2.1 "ESCAVAÇÃO E INSTALAÇÃO TUBO PVC DE REVESTIMENTO" é uma composição própria cujo custo foi detalhado a partir de insumos com códigos e preços do SINAPI, como "AUXILIAR DE ENCANADOR" (código 88248), "PERFURATRIZ ROTATIVA" (códigos 102975 e 102976) e "TUBO PVC DE REVESTIMENTO" (código 00009853).

2.9. O mencionado procedimento garante a máxima transparência sobre a origem de cada custo unitário apresentado no orçamento, assegurando que a estimativa reflita os custos de referência oficiais e permitindo a completa rastreabilidade e controle dos valores que compõem o preço total da contratação.

B) SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA

2.10. Em uma análise aprofundada, a qualificação do serviço de perfuração e construção de poço tubular profundo como serviço comum de engenharia, para fins de aplicação do Art. 6º, XXI, 'a', da Lei nº 14.133/2021, decorre de uma interpretação sistêmica que harmoniza os princípios da eficiência administrativa e da competitividade com a natureza técnica do objeto licitado.

2.11. Embora a engenharia envolva, por essência, conhecimento intelectual, o critério distintivo para a classificação de um serviço como comum repousa na capacidade da Administração Pública de estabelecer, de maneira objetiva e precisa no instrumento convocatório, todos os padrões de desempenho e qualidade que são usualmente encontrados no mercado.

2.12. O objeto em questão, longe de demandar soluções de engenharia singulares ou inovação tecnológica disruptiva, representa uma solução madura, cujos processos e resultados são amplamente dominados pela praxe construtiva e rigorosamente balizados por um arcabouço normativo consolidado.

2.13. Nesse diapasão, a análise da planilha orçamentária analítica revela que a estrutura de custos do serviço é integralmente decomponível em insumos e composições padronizados, cujos códigos e valores são extraídos dos sistemas referenciais SINAPI e SBC.

2.14. A utilização de materiais perfeitamente especificáveis demonstra que a execução do poço se configura como uma montagem ordenada de componentes de prateleira.

2.15. Do ponto de vista técnico, o trabalho intelectual do contratado não será o de criar uma metodologia, mas sim o de aplicar corretamente os procedimentos consagrados para perfuração, revestimento e instalação, em estrita conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como imposto pelo Termo de Referência.

2.16. Por conseguinte, a conjugação entre a padronização dos insumos, a existência de metodologias executivas consolidadas e a vinculação a um regramento técnico normativo exauriente permite que a Administração exerça a fiscalização do contrato com base em parâmetros claros e mensuráveis.

2.17. A natureza do serviço amolda-se, com perfeição, ao conceito legal de comum, afastando a necessidade de uma licitação do tipo técnica e preço ou de outros ritos mais complexos, que são reservados para objetos em que o componente intelectual criativo e a inovação são preponderantes.

2.18. A capacidade de descrição objetiva neutraliza a subjetividade e abre caminho para a primazia do critério de julgamento por menor preço entre licitantes com habilitação técnica comprovada.

C) CRITÉRIOS DE REAJUSTE CONTRATUAL

2.19. A presente contratação será executada sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, conforme o Art. 46, II, da Lei nº 14.133/2021. Neste regime, o pagamento à CONTRATADA será efetuado com base nos preços unitários fixos propostos para cada serviço da planilha orçamentária, multiplicados pelas quantidades efetivamente executadas e medidas pela fiscalização.

2.20. O mecanismo de reajuste de preços é um instituto legal previsto para preservar o equilíbrio econômico-financeiro em contratos com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, visando corrigir a defasagem dos preços frente à inflação ordinária do período.

2.21. Considerando que a execução da obra do poço possui um cronograma previsto inferior a 12 meses, os preços unitários ofertados pela licitante vencedora serão considerados firmes e irrevogáveis durante o período de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em 25/09/2025.

2.22. Desse modo, o presente Termo de Referência não estabelece cláusula de reajuste por índices, como o INCC ou outros, para os preços unitários contratados.

2.23. Ressalva-se que a ausência de uma cláusula de reajuste não afasta a possibilidade de eventual revisão contratual, em caráter excepcional, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, caso ocorram fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem de forma substancial a equação originalmente pactuada, nos estritos termos da legislação vigente.

D) DA UTILIZAÇÃO DAS MINUTAS PADRONIZADAS DA AGU

2.24. Certifica-se, para todos os fins, que a elaboração do presente Termo de Referência, observou estritamente as diretrizes e estruturas dos modelos padronizados pela Advocacia-Geral da União (AGU). A adoção dos referidos modelos visa a conferir maior segurança jurídica ao procedimento, promover a isonomia entre os licitantes e alinhar o certame às melhores práticas consolidadas no âmbito da Administração Pública Federal, fortalecendo a transparência e a legalidade de todos os atos.

2.25. Nesse sentido, é fundamental esclarecer que as adaptações realizadas nos referidos documentos restringiram-se, exclusivamente, aos campos e seções que os próprios modelos da AGU designam como abertos. As customizações foram necessárias para inserir as particularidades indispensáveis à definição do objeto, como a descrição detalhada dos serviços, o prazo de execução, os requisitos de qualificação técnica específicos e as demais obrigações inerentes à contratação em tela.

2.26. Desse modo, a estrutura jurídica e o conteúdo clausular padronizado foram integralmente preservados, garantindo que o núcleo das minutas permanecesse inalterado, em total observância à recomendação de padronização.

E) POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

2.27. A execução de serviços de perfuração de poços tubulares profundos demanda etapas técnicas que podem, em determinados momentos, exigir conhecimentos e equipamentos altamente especializados que não integram o escopo regular de empresas de engenharia contratadas para projetos multidisciplinares.

2.28. É prática consolidada no mercado que a empresa contratada mantenha sob sua supervisão engenheiros civis ou sanitaristas responsáveis, mas utilize subcontratados para a execução de atividades específicas, cuja complexidade técnica ou natureza especializada justifica a descentralização operacional, sempre sem afastar a responsabilidade integral da contratada.

2.29. Nesse contexto, justifica-se a permissão de subcontratação apenas para os seguintes serviços:

2.29.1. Perfuração do Poço Tubular Profundo:

a) Atividade altamente especializada, que exige sondas e perfuratrizes rotativas/rotopneumáticas específicas.

b) Muitas empresas de engenharia não possuem o maquinário próprio, recorrendo a empresas especializadas em perfuração.

c) A subcontratação é viável desde que a empresa contratada apresente a ART principal, mantendo responsabilidade integral e supervisão técnica durante todas as fases da execução.

2.29.2. Perfilagem Geológica e Coleta de Amostras:

a) Atividade que exige conhecimento em geologia e sondagem, com necessidade de coleta de amostras a cada metro perfurado e elaboração do perfil litológico descritivo.

b) É natural que empresas contratem profissionais geólogos ou empresas especializadas em sondagem para esse trabalho.

c) A subcontratação é admitida desde que sob supervisão da contratada, assegurando a rastreabilidade técnica e a validade dos resultados obtidos.

2.29.3. Análises Físico-Químicas e Bacteriológicas da Água

a) Serviços laboratoriais obrigatórios, conforme Portaria GM/MS nº 888/2021, que estabelece os padrões de potabilidade.

b) Necessariamente realizados por laboratório certificado, atividade que escapa ao escopo de atuação direta de uma construtora.

c) A subcontratação é não apenas permitida, mas imprescindível para assegurar a qualidade sanitária da água e o atendimento às normas de saúde pública.

2.30. Essa segmentação aumenta a qualidade e a confiabilidade do empreendimento, pois permite que as etapas mais críticas sejam realizadas por profissionais com expertise comprovada e infraestrutura adequada, reduzindo riscos de colapso estrutural do poço, falhas técnicas ou inconsistências nos resultados. A supervisão direta da contratada, por meio de sua equipe técnica habilitada e responsável pela ART principal, garante que os padrões de segurança, qualidade e conformidade legal sejam integralmente observados, sem perda de controle ou de responsabilidade técnica.

2.31. Ademais, incumbe esclarecer que o art. 122 da Lei nº 14.133/2021 admite expressamente a subcontratação parcial da execução de obras e serviços, desde que prevista no edital e no contrato, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.

2.32. Assim, ao permitir a subcontratação apenas para as etapas de perfuração, perfilagem geológica/coleta de amostras e análises laboratoriais, o Termo de Referência mantém equilíbrio entre a viabilidade do certame e a segurança da execução. A responsabilidade integral pela execução contratual permanece com a empresa contratada, que deverá apresentar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme exigem o CREA e a Lei nº 6.496/1977, assegurando-se o controle técnico e jurídico da Administração.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1. Em conformidade com o Art. 144 da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), a CONTRATADA deverá conduzir todas as etapas do serviço, desde a mobilização até a limpeza final da obra, com estrita observância aos princípios do desenvolvimento sustentável, visando à máxima eficiência, à proteção do meio ambiente e à mitigação de impactos socioambientais.

4.2. A execução do objeto deverá atender, de forma rigorosa, às seguintes normas e licenciamentos ambientais, sem prejuízo de outras que se apliquem:

4.2.1. A CONTRATADA deverá possuir ou providenciar, previamente ao início da perfuração, todas as licenças ambientais necessárias para a atividade, bem como a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, emitida pelo órgão ambiental competente no Estado do Acre.

4.2.2. A perfuração e construção do poço deverão seguir obrigatoriamente as normas técnicas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), notadamente:

a) ABNT NBR 12212 - Projeto de poço tubular para captação de água subterrânea.

b) ABNT NBR 12244 - Construção de poço tubular para captação de água subterrânea.

4.2.3. Todos os materiais e equipamentos aplicados deverão atender às normas pertinentes do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e seguir as recomendações técnicas de transporte, armazenamento e uso dos respectivos fabricantes.

4.3. Com vistas à eficiência energética e à Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia (Lei nº 10.295/2001), a CONTRATADA deverá assegurar que o conjunto motobomba a ser instalado possua elevado rendimento energético, comprovado por meio do Selo Procel Edifica ou por especificações técnicas que demonstrem sua conformidade com as melhores práticas de eficiência do mercado.

4.4. A gestão de resíduos e efluentes gerados pela obra é de responsabilidade integral da CONTRATADA, que deverá:

4.4.1. Elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), em conformidade com a Resolução CONAMA n.º 307/2002.

4.4.2. Realizar o manejo, transporte e destinação final ambientalmente adequados de todos os resíduos provenientes das atividades de perfuração, como solo, lama e rochas, e dos resíduos da construção, como embalagens de materiais, sobras de "AREIA MEDIA LAVADA", "PEDRA BRITADA #1 E 2", e do "TUBO PVC DE REVESTIMENTO GEOMECANICO NERVURADO REFORCADO, DN200 MM".

4.4.3. Adotar procedimentos rigorosos para prevenir a contaminação do solo e da água por óleos, graxas ou combustíveis utilizados nos equipamentos e maquinários, garantindo o recolhimento e o descarte destes resíduos perigosos por meio de empresa licenciada.

4.5. A CONTRATADA deverá, ainda, instruir seus empregados e pautar suas atividades pelas seguintes práticas:

4.5.1. Uso racional de água e energia elétrica durante todo o período da obra, evitando desperdícios.

4.5.2. Manutenção do canteiro de obras limpo e organizado, minimizando a geração de poeira e outros incômodos ao entorno.

4.5.3. Ao final do serviço, remover todo o entulho, materiais e equipamentos, realizando a limpeza completa da área, de modo a restaurar as condições originais do local, exceto pelas alterações próprias da implantação do poço.

DA SUBCONTRATAÇÃO

4.6. Será admitida a subcontratação parcial, exclusivamente para os seguintes serviços, cuja natureza técnica justifica a execução por empresas ou profissionais devidamente capacitados, sempre sob a supervisão e responsabilidade integral da contratada principal:

a) Perfuração do Poço Tubular Profundo: atividade que demanda sondas e perfuratrizes específicas, podendo ser executada por empresa especializada, desde que a contratada principal apresente a ART referente à execução global do objeto e mantenha o acompanhamento técnico integral;

b) Perfilagem Geológica e Coleta de Amostras: serviço que pode ser realizado por geólogos ou empresas de sondagem, compreendendo a coleta de amostras a cada metro perfurado e a elaboração do perfil litológico, cuja subcontratação somente será admitida sob a supervisão da contratada principal;

c) Análises Físico-Químicas e Bacteriológicas da Água: ensaios laboratoriais obrigatórios conforme Portaria GM/MS nº 888/2021, que devem ser realizados em laboratório certificado, sendo a subcontratação imprescindível, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela entrega dos resultados.

4.6.1. A contratada principal permanecerá integralmente responsável pela execução contratual, pela supervisão técnica e pela apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), nos termos da Lei nº 6.496/1977 e das normas do CREA, respondendo por eventuais falhas, vícios ou descumprimentos.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

4.7. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos neste termo; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da

Administração à continuidade do contrato.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

VISTORIA

4.9. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones/e-mails abaixo indicados:

Unidade	E-mail	Telefone
SEMOR	semor.ac@trf1.jus.br	(68) 3214-2108

4.10. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.11. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12. A realização da vistoria poderá ser comprovada por:

4.12.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável; ou,

4.12.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.14. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços deverá atender, no mínimo, às prescrições das seguintes normas da ABNT: NBR 12212 (Projeto de poço tubular para captação de água subterrânea) e NBR 12244 (Construção de poço tubular para captação de água subterrânea).

5.2. Fase I - Serviços Preliminares e Instalação do Canteiro

a) **Obtenção de Licenças e Autorizações:** A CONTRATADA é responsável por requerer e obter, junto aos órgãos ambientais competentes, todas as licenças e autorizações necessárias para a execução dos serviços de sondagem e de perfuração do poço tubular profundo. A documentação comprobatória da regularidade ambiental deverá ser apresentada à fiscalização antes do início das atividades de perfuração.

b) **Estudo Geofísico de Localização:** A CONTRATADA deverá realizar, antes da mobilização do equipamento de perfuração, um estudo de prospecção geofísica por meio de, no mínimo, 3 (três) sondagens elétricas verticais (SEVs) na área de interesse, para definir o ponto ótimo de perfuração. O relatório geofísico deverá ser submetido à aprovação da fiscalização.

c) **Mobilização e Logística:** Compreende não apenas o transporte e posicionamento dos equipamentos de perfuração, mas também toda a logística de suprimentos, ferramentas, equipe técnica qualificada e seguros de transporte e

responsabilidade civil.

d) Organização e Segurança do Canteiro: A Contratada deverá instalar um canteiro de obras organizado, com isolamento perimetral e sinalização de segurança ostensiva, conforme a NBR 7195 e a NR-18. Deverá prover, às suas expensas, pontos de utilidades (água e energia) para a execução e instalações sanitárias para sua equipe.

5.3. Fase II - Perfuração e Perfilagem Geológica

a) Execução da Perfuração: A perfuração será executada até a profundidade final de 70 (setenta) metros, com diâmetro útil mínimo de 8 (oito) polegadas. A Contratada deverá garantir a verticalidade e o alinhamento do furo, sendo sua responsabilidade a escolha da metodologia (rotativa, rotopneumática) mais adequada à geologia local.

b) Coleta de Amostras e Perfilagem: Deverá ser realizada a coleta contínua de amostras de calha a cada metro perfurado. Tais amostras serão acondicionadas em caixas de amostragem e utilizadas para a elaboração do perfil litológico-descritivo, que é um entregável obrigatório.

5.4. Fase III - Edificação e Estruturação do Poço

a) Revestimento e Filtros: O poço será revestido com com no mínimo 70 (setenta) metros de tubulação mestre em PVC-U Geomecânico, com diâmetro de 4 polegadas, e 12 (doze) metros de filtros do mesmo material e diâmetro. Os tubos e filtros deverão ser novos, de fabricante com certificação de qualidade, e as ranhuras dos filtros deverão ser dimensionadas pela Contratada para se adequarem à granulometria da(s) zona(s) produtora(s) de água.

b) Pré-Filtro (Empacamento com Cascalho): O espaço anular entre a perfuração e os filtros será preenchido com cascalho de quartzo, arredondado, lavado e com granulometria selecionada (pré-filtro), para otimizar a permeabilidade e evitar o carreamento de finos.

c) Selo Sanitário e Laje de Proteção: Será construído um selo sanitário com, no mínimo, 6 (seis) metros de profundidade a partir da superfície, utilizando calda de cimento ou cimento-bentonita para vedar o espaço anular e impedir a contaminação do aquífero por fontes superficiais. Na superfície, será moldada uma laje de proteção em concreto (mínimo 1m x 1m x 0,15m), com acabamento polido e leve declividade para o exterior do poço.

5.5. Fase IV - Equipagem e Instalação do Sistema de Bombeamento

a) Conjunto Motobomba Submersa: Será fornecido e instalado um conjunto motobomba submersa novo, corpo e rotor construídos em aço inoxidável para máxima durabilidade. Antes da aquisição, a Contratada submeterá à aprovação do fiscal do contrato as curvas características do equipamento selecionado, garantindo que o ponto de operação do poço coincida com a faixa de maior rendimento da bomba.

b) Componentes Acessórios: A instalação é completa e inclui: tubulação de educação em PEAD (Polietileno de Alta Densidade); cabo elétrico submersível com isolamento e dimensionamento adequados; corda de segurança em polipropileno; e um painel de comando em caixa metálica com proteção IP-55, dotado de disjuntor termomagnético, relés de proteção contra falta de fase e sobrecarga, e chaves de operação.

5.6. Fase V - Limpeza, Desenvolvimento e Desinfecção

a) Desenvolvimento e Limpeza: O poço será submetido a um processo de desenvolvimento e limpeza por, no mínimo, 8 (oito) horas, utilizando método de alta energia (ex: air-lift e pistoneamento), até que a água bombeada apresente-se visualmente límpida, isenta de areia ou quaisquer partículas em suspensão.

b) Desinfecção: Após o desenvolvimento, será realizada a desinfecção do poço e do sistema de bombeamento com solução clorada, conforme padrões sanitários, para garantir a qualidade bacteriológica da primeira água.

5.7. Fase VI - Teste de Vazão (Ensaio de Bombeamento)

a) Procedimento de Teste: Será executado um ensaio de bombeamento conforme a NBR 12244, com duração mínima total de 24 (vinte e quatro) horas, composto

por etapas de vazão escalonada para avaliação da eficiência do poço, seguido de um período de bombeamento com vazão constante e, finalmente, um teste de recuperação do nível d'água após o desligamento da bomba. Todos os dados de vazão e rebaixamento do nível dinâmico serão meticulosamente registrados.

5.8. Fase VII - Documentação Técnica Final e Entregáveis (As Built)

5.8.1. Laudo Final Consolidado: A Contratada entregará um Laudo Final completo, encadernado, contendo:

- a) Perfil construtivo "As Built";
- b) Perfil geológico e litológico descritivo;
- c) Relatório e gráficos do ensaio de bombeamento;
- d) A definição da Vazão de Exploração Sustentável (Qex) e do regime de bombeamento recomendado;
- e) Cópia da outorga ou dispensa de outorga;
- f) Laudo de análise físico-química e bacteriológica completa da água, coletada ao final do teste de bombeamento, emitido por laboratório certificado, atestando a conformidade com os padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021 (ou normativa vigente);
- g) Manuais e certificados de garantia dos equipamentos.

5.8.2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART): Será entregue a ART de execução do serviço, devidamente quitada e registrada no CREA pelo engenheiro responsável da Contratada.

PRAZO DE EXECUÇÃO

5.9. O prazo para a execução e entrega completa do objeto contratual será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.10. Os serviços serão integralmente prestados nas dependências da **sede da Seção Judiciária do Acre**, localizada na **Alameda da Justiça, s/n - Portal da Amazônia, Rio Branco - AC, CEP 69915-631**.

5.11. As atividades de execução ocorrerão em dias úteis, de **segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 8h00 às 18h00**. Eventuais trabalhos fora deste regime deverão ser previamente justificados pela Contratada e autorizados por escrito pelo fiscal do contrato, não acarretando custos adicionais para a Administração.

DA INVIABILIDADE GEOLÓGICA NÃO CULPOSA

5.12. Nas hipóteses dos órgãos ambientais competentes negarem as licenças para a perfuração do poço ou se for comprovada a inviabilidade técnica da perfuração por razões geológicas não atribuíveis à imperícia da CONTRATADA, o contrato poderá ser extinto.

5.12.1. Nas hipóteses de extinção descritas no subitem anterior, a CONTRATADA receberá o pagamento correspondente apenas aos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização até a data da constatação do fato, sendo rescindidos os valores referentes às etapas não realizadas.

5.12.2. Ao apresentar a proposta, a CONTRATADA manifesta plena concordância com a extinção do ajuste nas condições definidas, renunciando a qualquer direito a indenizações ou reclamações adicionais.

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.13. A Contratada deverá fornecer todos os materiais, insumos, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita e completa execução do objeto, os quais já estão detalhados neste item e quantificados na planilha orçamentária (Anexo II do Termo de Referência). A responsabilidade pela qualidade, adequação e quantidade de todos os itens é integral e exclusiva da Contratada, que assume o risco por eventuais omissões em sua

proposta, devendo entregar o poço em plena condição de operacionalidade sem ônus adicionais para a Administração.

ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO

5.14. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **12 (doze)** meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.15. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

CONSÓRCIOS

5.16. A Lei de Licitações, concede à Administração a discricionariedade de admitir a participação de consórcios.

5.17 Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU - entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

5.18. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos n. n. 22/2003 – Plenário; n. 1.094/2004 – Plenário e n. 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

a - A Lei de Licitações deixa à discricionariedade do gestor a decisão de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio na licitação;

b - A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso.

c - Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;

d - A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

5.19. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, em virtude da ausência de necessidade de complementação de capacitações técnicas e da viabilidade plena de execução do objeto por empresas individualmente qualificadas. A medida visa garantir maior celeridade no gerenciamento contratual, sem prejuízo à ampla competitividade.

MODO DE DISPUTA

5.20. O presente certame será realizado pelo modo de disputa "ABERTO", conforme art. 23 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

5.20.1. Durante uma fase de disputa aberta, os licitantes poderão apresentar lances sucessivos, observado o intervalo mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) entre um lance e outro.

TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

5.21. A contratação será destinada exclusivamente a Microempresas e a Empresas de Pequeno Porte, consoante os critérios estabelecidos no art. 48, inciso I da Lei

COOPERATIVA

5.22. Será permitida a participação de sociedades cooperativas na presente licitação.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

5.23. Em conformidade com a Orientação Normativa AGU nº 5, de 2009, e a Súmula TCU nº 259, e considerando a natureza dos serviços licitados, a aceitabilidade das propostas será verificada quanto ao preço global do item, observando-se os seguintes critérios:

5.23.1. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro, a planilha orçamentária, a memória de cálculo detalhada do BDI e dos encargos sociais, devidamente preenchidas. Tais documentos serão utilizados pela Administração para a análise da conformidade e da razoabilidade dos preços ofertados, nos termos dos subitens 1.7 e 1.9 deste instrumento.

5.23.2. O valor da proposta não poderá ser superior ao valor total estimado para a contratação.

5.23.3. O valor unitário dos serviços e materiais não poderão, em nenhuma hipótese, exceder os preços de referência estabelecidos pela Administração.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a Contratada devem ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de correio eletrônico com comprovante de leitura para esse fim, devendo ser sempre direcionadas ao fiscal e ao gestor do contrato.

6.4. A Administração poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a Administração convocará o representante legal e o responsável técnico da Contratada para reunião inicial, na qual serão apresentados o plano de fiscalização da Administração, as diretrizes para a execução do objeto, os canais de comunicação, o método de aferição dos resultados, os ritos de medição e recebimento, e as sanções aplicáveis.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os

melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.20.7. receber e dar encaminhamento imediato:

a) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

b) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A medição e o pagamento do serviço ocorrerão em **parcela única, após a conclusão e entrega integral do objeto**, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão. [\[A1\]](#)

7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal de Serviço ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.18.1. o prazo de validade;

7.18.2. a data da emissão;

7.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.18.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.18.5. o valor a pagar; e

7.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária de acordo com a fórmula abaixo:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

FORMA DE PAGAMENTO

7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber.

7.33. Não será realizado pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, salvo se lei posterior não proibir.

7.34. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida no primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato. Caso a empresa forneça peças, deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal, a Tabela Oficial de Preços do fabricante do equipamento.

7.35. A razoabilidade do preço dos eventuais materiais ofertados pela Contratada será avaliada pela Administração, por meio de pesquisa na mercado, conforme parâmetros previstos no §1º art. 23 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 5º da IN/Seges n. 65, de 2021.

REAJUSTE

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em 25/09/2025.

8. DOS ENCARGOS DAS PARTES

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do

ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 20 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.1.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.1.13. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.3. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.3.1. Designar formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

8.3.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.3.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.3.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.3.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

8.3.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os

seguintes documentos:

8.3.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

8.3.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

8.3.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

8.3.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

8.3.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.3.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.3.10. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.3.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.3.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.3.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

8.3.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.3.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.3.16. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

8.3.17. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

8.3.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

8.3.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

8.3.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

8.3.21. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

8.3.22. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

8.3.23. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram

as referidas vagas;

8.3.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

8.3.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.3.27. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao **prazo final de execução**.

8.3.28. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.3.29. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de:

8.3.29.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

8.3.29.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

8.3.29.3. florestas plantadas; e

8.3.29.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

8.3.30. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do [artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

8.3.30.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

8.3.30.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e legislação correlata;

8.3.30.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela [Portaria nº 253, de 18/08/2006](#), do Ministério do Meio Ambiente, e [Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014](#), quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

8.3.30.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

8.3.31. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos

resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

8.3.32. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

8.3.33. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

8.3.33.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

8.3.33.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

8.3.33.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.3.33.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.3.34. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

8.3.35. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

8.3.36. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.3.36.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

8.3.36.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

8.3.37. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

8.3.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus

funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

8.3.39. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

8.3.40. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

8.3.41. Providenciar e entregar à fiscalização do contrato, ao término da execução do objeto, a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme a Lei nº 6.496/1977, o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme a Lei nº 12.378/2010, ou o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), conforme a Lei nº 13.639/2018, de acordo com a natureza dos serviços e o conselho de fiscalização profissional do responsável técnico pela execução. A entrega do referido documento, devidamente quitado e registrado, é condição indispensável para o recebimento definitivo dos serviços e para o pagamento da parcela final.

OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.4. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.5. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.6. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.7. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

8.8. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.9. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.10. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.11. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.12. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.13. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.13.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato

interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

8.14. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

8.15. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.1. Habilitação jurídica

9.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.1.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.1.7. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3. Qualificação técnica

9.3.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.3.1.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.3.2. Registro ou inscrição da Pessoa Jurídica e dos seus profissionais responsáveis técnicos no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e/ou no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), conforme o caso, em plena validade, com atribuições compatíveis com o objeto desta licitação.

Documentação complementar para cooperativas

9.4. Será exigida a seguinte documentação complementar para as cooperativas:

9.4.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.4.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.4.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.4.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.4.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.4.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.4.6.1. ata de fundação;

9.4.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.4.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.4.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.4.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato

em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.4.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.4.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. DAS SANÇÕES

10.1. Será sancionada com advertência, caso dê causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União e será descredenciada do Sicaf ou do sistema que vier a substituí-lo, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme prazos específicos abaixo indicados:

10.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo – de 3 (três) meses a 2 (dois) anos;

10.2.2. Der causa à inexecução total do contrato – de 6 (seis) meses a 3 (três) anos;

10.2.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado – de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

10.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

10.3.1. Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;

10.3.2. Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

10.3.3. Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

10.4. A sanção de multa, que poderá ser aplicada cumulativamente com as demais, observará os seguintes critérios:

10.4.1. Multa de Mora: 0,2% por dia, calculada sobre o **valor total do contrato**, incidente a partir do primeiro dia de atraso na entrega final do objeto. A multa é limitada a 20 (vinte) dias. Após este prazo, o atraso será configurado como inexecução parcial, sujeitando a contratada à multa compensatória.

10.4.2. Multa Compensatória por Inexecução Parcial: 10% sobre o valor da etapa não cumprida ou da parcela correspondente à obrigação executada com falhas.

10.4.3. Multa Compensatória por Inexecução Total: 15% sobre o valor total do contrato.

10.4.4. Multa por Descumprimento de Obrigações Específicas: Para as falhas listadas na Tabela 1, a multa será aplicada como um percentual fixo sobre o **valor total do contrato**, somente após a contratada ser notificada para sanar a irregularidade e não o fazer no prazo concedido.

Tabela 1 – Multas por Falhas Específicas

GRAU	PENALIDADE (Percentual sobre o	ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO
------	-----------------------------------	------	-----------------------

	valor do contrato)		
1	1%	1	Deixar de indicar ou manter preposto formalmente aceito pela Administração durante a execução do contrato.
		2	Descumprir qualquer outra obrigação de menor impacto prevista no Termo de Referência, não especificada nesta tabela.
2	3%	3	Deixar de realizar a coleta de amostras de calha a cada metro perfurado ou não elaborar o perfil litológico-descritivo.
		4	Falha na apresentação da documentação técnica final (As Built) no prazo estipulado.
		5	Não apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução do serviço.
3	5%	6	Utilizar materiais em desacordo com as especificações, sem prévia autorização da fiscalização.
		7	Não realizar o teste de vazão com duração mínima de 24 horas, conforme NBR 12244.
		8	Descumprir as normas de segurança do trabalho (NR-18), resultando em acidente no canteiro de obras.
		9	Realizar o descarte irregular de resíduos da perfuração (lama, solo, rochas), em desacordo com o PGRCC.
4	10%	10	Abandonar a obra ou paralisar os serviços por mais de 5 dias úteis consecutivos sem justificativa.
5	15%	11	Não obter as licenças ambientais e a Outorga de Uso de Recursos Hídricos antes do início da perfuração.
		12	Não atingir a profundidade de perfuração de 70 metros por razões imputáveis à contratada.
		13	Executar o selo sanitário em desacordo com o item 5.4.c, comprometendo a segurança hídrica do aquífero.

10.4.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.4.6. A multa de mora (subitem 10.4.1) incidirá diariamente a partir do primeiro dia de atraso até o limite de 20 (vinte) dias. A partir do 21º dia, o atraso será configurado como inexecução parcial, cessando a aplicação da multa de mora e incidindo a multa compensatória (subitem 10.4.2), sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual.

10.5. Configuração do Retardamento: O retardamento da execução do objeto estará configurado, entre outras hipóteses, quando a contratada, sem causa justificada:

10.5.1. Deixar de iniciar a execução dos serviços no prazo de 10 (dez) dias contados da data estipulada.

10.5.2. Paralisar as atividades no canteiro de obras por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

10.6. Configuração da Inexecução Parcial: A inexecução parcial estará configurada, entre outras hipóteses, quando a contratada:

10.6.1. Atrasar o início dos serviços por mais de 20 (vinte) dias ou paralisar a obra por 5 (cinco) dias seguidos ou 20 (vinte) dias intercalados.

10.6.2. Entregar o poço com vazão ou qualidade da água (turbidez, partículas) em desacordo com os parâmetros técnicos exigidos e não corrigir a falha no prazo concedido.

10.6.3. Deixar de entregar documentos técnicos finais obrigatórios ("As Built").

10.6.4. Recusar-se a reparar, no prazo notificado, vícios ou defeitos de execução que surjam durante o prazo de garantia contratual ou legal.

10.7. Configuração da Inexecução Total: A inexecução total estará configurada,

entre outras hipóteses, quando a contratada:

10.7.1. Abandonar os serviços ou atrasar injustificadamente o início por mais de 30 (trinta) dias.

10.7.2. Executar o objeto de modo que o torne imprestável ao seu fim, como a inviabilidade estrutural do poço, a contaminação do aquífero ou a não obtenção de água por imperícia comprovada.

10.7.3. Paralisar a obra de forma definitiva, e a parcela executada não puder ser aproveitada.

10.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

10.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante,

resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 49.238,63 (quarenta e nove mil duzentos e trinta e oito reais e sessenta e três centavos).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa decorrente desta contratação correrá à conta dos seguintes recursos específicos:

12.1.1. FONTE DE RECURSOS: 1000000000 - PT : 021220033219Z6012 - ELEMENTO DE DESPESA : 44905191 OBRAS EM ANDAMENTO

Rogério Victor Alves Melo
Supervisor da SEMOR

Diogo Rodrigues Gonçalves Caetano
Auxiliar da SEMOR

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A União, por intermédio da Seção Judiciária do Acre, com sede na Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº L, Portal da Amazônia - CEP: 69915-632 - Rio Branco/AC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.429.148/0001-60, neste ato representado pela Diretora do Fora, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 0001361-66.2025.4.01.8001 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº XX/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Contratação do serviço de engenharia para a perfuração e construção de 1 (um) poço tubular profundo, incluindo o fornecimento integral e instalação de todos os materiais, insumos, equipamentos, mão de obra, testes, laudos e licenças necessários à sua completa operacionalidade, visando ao abastecimento hídrico da sede da Seção Judiciária do Acre, em Rio Branco - AC, em estrita conformidade com o Termo de Referência e as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT	UNID	QUANT	P. UNIT.	P.TOTAL

1	Perfuração e Construção de poço tubular profundo	190 2	Un id.	1		
---	--	----------	-----------	---	--	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do Contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. As regras acerca das obrigações do contratante são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. As regras acerca das obrigações do contratado são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.5. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.10.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.10.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.10.3. Das indenizações e multas.

13.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.12. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.12.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.12.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.13. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.14. O contrato será extinto caso os órgãos ambientais competentes neguem as licenças

para a perfuração do poço ou se for comprovada a inviabilidade técnica da perfuração por razões geológicas não atribuíveis à imperícia da CONTRATADA.

13.14.1. Na ocorrência de uma destas hipóteses, a CONTRATADA receberá pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, sendo o saldo contratual cancelado.

13.14.2. A assinatura deste instrumento representa a concordância da CONTRATADA com a extinção do ajuste nas condições aqui previstas, sem que tenha direito a pleitear indenizações ou ressarcimentos adicionais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/unidade: [...];

15.1.2. Fonte de recursos: [...];

15.1.3. Programa de trabalho: [...];

15.1.4. Elemento de despesa: [...]; e

15.1.5. Plano interno: [...]; e

15.1.6. Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Rio Branco, Seção Judiciária do Acre para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Victor Alves Melo, Supervisor(a) de Seção**, em 25/09/2025, às 14:00 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **23669131** e o código CRC **F76E7479**.

Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Bairro Portal da Amazônia - CEP 69915-632 - Rio Branco - AC - www.trf1.jus.br/sjac/
0001361-66.2025.4.01.8001 23669131v6